



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 98ª
Conferência Internacional do Trabalho**

Genebra-Suíça, 15 de junho de 2009

...brasileiros que me acompanham nesta viagem, Celso Amorim, das
Relações Exteriores; Carlos Minc, do Trabalho; José Pimentel, da Previdência
Social; Edison Lobão, de Minas e Energia; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da
Presidência da República; Franklin Martins, da Comunicação Social; Paulo
Vannuchi, dos Direitos Humanos; Nilcéa Freire, de Políticas para as Mulheres,

Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo, representante
permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, em Genebra,

Embaixadora Maria Estela Pompeu Brasil Frota, embaixadora do Brasil
na Suíça,

Senhoras embaixadoras, senhores embaixadores,

Senhoras e senhores representantes de Governo, altas autoridades,

Senhor Jean Maninat, diretor regional do escritório da OIT,

Senhora Laís Abramo, diretora do escritório da OIT em Brasília,

Senhoras e senhores representantes das organizações empresariais, de
trabalhadores,

Senhoras e senhores da imprensa,

Companheiros e companheiras,

Com emoção venho a Genebra comemorar os 90 anos da OIT. Foi aqui,
em maio de 2003, que fiz meu primeiro discurso em um organismo da ONU.
Naquela ocasião, evoquei minha trajetória no mundo do trabalho como torneiro
mecânico, dirigente sindical, fundador do Partido dos Trabalhadores e da
Central Única dos Trabalhadores. Assinalei que a agenda desta entidade



coincidia com a minha agenda pessoal e minha agenda política.

Quero felicitar a OIT por convocar esta reunião mundial sobre a crise do emprego. No momento em que vivemos a pior retração econômica global em muitas décadas, é fundamental que a comunidade internacional se una na busca de respostas. A OIT é o lugar certo para buscar soluções coordenadas para os impactos de uma crise que atinge a todos. Só neste ano, 50 milhões de trabalhadores poderão perder o seu emprego.

Alguns tentam transferir o ônus da crise para os mais fracos. É aí que aparece a face oculta e cruel da globalização. Cresce a xenofobia e os trabalhadores imigrantes se tornam os bodes expiatórios. A comunidade internacional não pode permitir que isto ocorra.

Há pouco mais de dois meses, na Cúpula de Londres, os líderes do G-20 reconheceram que a prioridade não era salvar bancos ou financeiras falidas, mas defender empregos. Assumimos o compromisso de apoiar os países mais afetados, sobretudo os mais pobres, para criar postos de trabalho, gerar e distribuir renda.

No momento em que tantos paradigmas caem por terra, a OIT representa uma reserva política, mas também ética e moral. É o que se pode constatar da proposta de Pacto Global pelo Emprego, apresentada pelo diretor-geral Juan Somavía. Aí estão contribuições importantes para a criação de um novo modelo, menos concentrador de riqueza, mais solidário, humano e justo. Esse Pacto pode contribuir significativamente para a implementação de ações verdadeiramente solidárias nos planos interno e internacional.

O Brasil tem apoiado a participação da OIT no G-20. Tive a alegria de, juntamente com a presidente Cristina Fernández de Kirchner, enviar carta ao primeiro-ministro Gordon Brown sublinhando a importância de que a OIT seja parte dos debates.

Senhor presidente Somavía,

Quando esta crise se desencadeou nos países ricos, o Brasil se



encontrava preparado para enfrentá-la. As políticas anticíclicas que vínhamos adotando desde 2003 expandiram o emprego e a renda dos trabalhadores. Criamos uma vasta rede de proteção social. Somente o programa Bolsa Família atende 11 milhões de famílias brasileiras e está sendo ampliado nas periferias das áreas urbanas afetadas pela crise. Ao vincular o recebimento deste benefício a compromissos em saúde e educação, o Programa tem um componente importante de desenvolvimento humano e ajuda a manter as crianças na escola.

Ao contrário do que sugeria o pensamento econômico conservador, mostramos ser possível compatibilizar vultosos investimentos públicos e programas sociais com o equilíbrio macroeconômico. Milhões de brasileiros foram incluídos no mercado de trabalho, deixando para trás a fome e a pobreza. Os brasileiros com emprego formal passaram de 49% do total, em 2003, para 53%, em 2008. A renda cresceu principalmente nas camadas mais pobres, o que se reflete numa maior mobilidade social. Entre 2003 e 2008, foram gerados 10 milhões de empregos formais e o salário mínimo real cresceu 65%. Combinamos a expansão de nossas exportações – que aumentaram três vezes – com a constituição de um importante mercado de bens de consumo de massa.

A despeito do forte impacto da crise sobre o mercado de trabalho, voltamos a criar empregos já no primeiro quadrimestre de 2009. Todas as obras de infraestrutura do Plano de Aceleração do Crescimento – que prevê investimentos de US\$ 300 bilhões – foram mantidas. Lançamos um programa para construir um milhão de moradias, beneficiando sobretudo as famílias mais pobres e, ao mesmo tempo, gerando centenas de milhares de novos empregos.

Senhoras e senhores,

Sempre acreditei na solidariedade como caminho para o desenvolvimento social. O Brasil quer compartilhar experiências bem-



sucedidas, pois acredita na cooperação Sul-Sul, na parceria entre os que vivem realidades semelhantes.

Com o apoio da OIT, estamos fortalecendo nossa cooperação com países latino-americanos, caribenhos e africanos na área de proteção social. Ajudamos a elaborar a legislação previdenciária do Timor-Leste e a fazer avaliação atuarial de Cabo Verde. Sindicatos em Angola têm sido beneficiários do ensino a distância, com patrocínio da OIT e do Brasil. Apoiamos o combate ao trabalho infantil em Moçambique e no Haiti. Colaboramos para a implementação das convenções fundamentais da OIT. Essas iniciativas de cooperação não estão vinculadas a nenhuma condicionalidade. Ampliam conhecimentos e capacitam as nações beneficiadas a gerenciarem, elas próprias, os resultados dos projetos.

Minhas amigas e meus amigos,

Este ano comemoramos o décimo aniversário da convenção para a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil. O Brasil foi o primeiro país das Américas a ratificá-la. Forçar uma criança a trabalhar é roubar o seu futuro.

Exemplar também é nossa condenação ao trabalho forçado, crime que atenta gravemente à dignidade humana. Para que esse mal seja definitivamente erradicado, adotamos medidas de reinserção e indenização de vítimas e estamos responsabilizando os criminosos. O Brasil recebe com alegria o relatório global “O Custo da Coerção” e as menções elogiosas feitas ao empenho do governo brasileiro. Mas apostamos também no diálogo social para humanizar o trabalho.

Na próxima semana, vamos assinar – trabalhadores, empresários e governo – um acordo histórico para aperfeiçoar as condições e as relações de trabalho na cana-de-açúcar. O trabalho no setor vai se tornar muito mais digno e seguro, e a produção brasileira de biocombustíveis estará cada vez mais cercada de garantias trabalhistas, ambientais e de segurança alimentar.



Construir um mercado de trabalho justo para todos significa também combater as formas de discriminação, sobretudo com base em raça e gênero, e levar em conta as necessidades das famílias trabalhadoras.

Todas essas frentes serão refletidas no Plano Nacional de Trabalho Decente, sobre o qual acabo de assinar declaração com o diretor-geral Somavía. Estão presentes aqui representantes dos trabalhadores e dos empregadores brasileiros, num reconhecimento de que o Plano está sendo elaborado com ampla participação da sociedade civil.

Meus amigos e minhas amigas,

Quando estive aqui em 2003, disse que meu governo faria, para o mundo do trabalho, muito mais do que tinha sido feito anteriormente no meu país. Seis anos e meio depois, tenho a alegria de dizer que sim, que avançamos muito: no combate a formas desumanas de trabalho, no aumento da renda, na educação para o trabalho, na criação de empregos formais e na maturidade do diálogo social.

Tenho certeza de que o Brasil poderá seguir contando com a OIT nessa empreitada. E no momento em que assumimos o Conselho de Administração, quero agradecer o voto de confiança que a Organização depositou no Brasil. Por isso, quero desejar-lhe muito êxito em seu trabalho.

Meu caro amigo Somavía,

Eu terminei a minha parte formal do discurso e eu queria aproveitar... Não, não. Eu queria aproveitar... é porque eu tenho um almoço com o presidente Sarkozy, e ele tem um horário e eu tenho outro horário. Eu queria dizer uma coisa para vocês. Este momento que nós estamos vivendo é um momento muito delicado, mas é um momento muito precioso. Nessas crises, nós precisamos aprender, em vez de chorar, a refletir; em vez de xingar, propor, porque o mundo está precisando de novas alternativas. Vocês são testemunhas de que na crise dos anos 80 e dos anos 90, o FMI e o Banco Mundial tinham todas as soluções para os países pobres. Quando a crise se dá



nos Estados Unidos, no Japão e na Europa, nem o FMI e nem o Banco Mundial têm qualquer proposta para solucionar a crise. Bancos importantes, que todos os dias medem o risco do México, medem o risco do Brasil, medem o risco da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Peru, da África do Sul, de Angola, de Moçambique, esses bancos que eram tão especialistas em medir o nosso risco, não pararam para medir os seus próprios riscos e quebraram.

No ano passado, por ocasião da Conferência das Nações Unidas, em setembro, eu disse em um discurso que era chegada a hora da política para enfrentar os problemas das crises, sobretudo se nós levarmos em conta a não-conclusão do acordo da OMC. A não-conclusão da Rodada de Doha se deu por problemas políticos. Nós tínhamos eleições nos Estados Unidos e nós tínhamos eleições na Índia, e isso não permitiu que o acordo fosse concluído, depois de chegarmos tão perto. O que nós queríamos no acordo da Rodada de Doha? Era flexibilizar o mercado agrícola dos países ricos para que os países mais pobres do mundo pudessem produzir e vender a esses países. O que nós queríamos? Que os Estados Unidos da América do Norte reduzissem os seus subsídios para que dessem uma contribuição à capacidade produtiva dos países mais pobres, sobretudo dos países latino-americanos, da América Central, do Caribe e dos países africanos. Não foi possível.

Durante um ano eu falei por telefone com quase todos os presidentes, dizendo que os nossos técnicos já tinham chegado ao limite, que agora era a hora dos dirigentes políticos decidirem. Mas não foi possível. Paramos quase na hora de fazer o acordo. Depois vem a crise econômica, e uma crise econômica que começou sem que nós soubéssemos bem o que era, porque começou com o *subprime* nos Estados Unidos e depois se alastrou numa rede de especulação financeira sem precedentes na história da Humanidade. O incrível é que nós, os mortais, os seres humanos normais, nunca conseguimos entender por que o petróleo saiu de US\$ 30 para US\$ 150. Nós nunca conseguimos entender porque as *commodities* agrícolas, em dois meses no



ano passado, praticamente dobraram de preço. Os mais simplistas logo disseram “é o etanol brasileiro”, quando, na verdade, o Brasil produz etanol em 1% da sua área agricultável. Mas o que estava por detrás da fundação [afirmação] simplista de que era o etanol? Era que, como tinham acontecido problemas no *subprime* nos Estados Unidos, grandes bancos especuladores resolveram especular com o petróleo no mercado futuro e resolveram especular com *commodities* no mercado futuro. Quem trabalha com papel, vendendo papel, comprando papel, sem produzir nada, um dia quebra. E aconteceu.

Esse momento exige de empresários, de trabalhadores e de governos uma atitude mais dura. Nós não podemos conviver com paraísos fiscais. Nós não poderemos viver com um sistema financeiro que especula papel com mais papel, sem gerar um posto de trabalho, sem produzir um parafuso, um sapato, uma camisa, uma gravata. Não é possível que a gente não se dê conta de que mais de 1 bilhão de seres humanos ainda tem dificuldades para conseguir comer uma vez por dia.

Então, a hora é de nós aproveitarmos, como vocês estão aproveitando aqui, e construir uma proposta, fazer o G-20 entender essa proposta. Mas fazer, também, dentro de cada país, cada governante entender essa proposta, fazer com que isso se dê num debate na Conferência das Nações Unidas. Por enquanto, o desemprego é um problema social. Ele só vai se transformar em um programa político na hora em que vocês começarem a agir, na hora em que vocês começarem a cobrar, na hora em que vocês começarem a exigir. Não é possível que a gente termine o século XXI igual terminamos o século XX. Se um ser humano nasceu no continente africano, algo de errado está acontecendo do [se o] continente africano continuar sendo um continente muito pobre, com tanta riqueza que tem lá.

Nós temos implorado, presidente Somavía, [para] que os países ricos façam projetos de desenvolvimento e o Brasil se propõe a, junto com eles,



construir projetos para fazer investimentos produtivos, para que as pessoas possam produzir e gerar empregos, porque não existe outra possibilidade de nós criarmos um estado de bem-estar social se não houver produção, riqueza e trabalho.

Eu fui agora a alguns países da América Central e tem países em que a carga tributária, Somavía, é de 9%, tem países em que a carga tributária é de 12%. A verdade, meus amigos, é que um Estado com uma carga tributária de 9% não existe como Estado. Não é possível. Aqui, ao contrário dos países pobres, que têm uma carga tributária pequena, a OIT poderia nos presentear com a carga tributária sueca, da Finlândia, da Noruega, da Alemanha, da França, da Itália, de todos, para que a gente perceba que os países que têm mais política social, mais estado de bem-estar social, são exatamente os Estados que têm uma carga tributária condizente com a necessidade de fazer justiça para o seu povo.

Então, essa crise econômica abre uma perspectiva enorme para que a gente possa debater tudo, porque antes da crise teve o Consenso de Washington, que parecia a solução do Planeta. Não foi. Depois veio o neoliberalismo dizer que o Estado tinha que ser o mínimo possível, que o mercado iria resolver todos os problemas. O mercado também não resolveu. O Estado, que foi negado no último meio século, na hora da crise, a quem os bancos americanos recorreram? Ao Estado. A quem os bancos alemães recorreram? Ao Estado. Porque somente o Estado tinha garantias e credibilidade para fazer aquilo que o mercado não conseguia fazer.

Por isso – sobretudo aos dirigentes sindicais –, esta é uma oportunidade excepcional para vocês pensarem e produzirem alternativas junto com os empresários para que mude, definitivamente, a relação Estado-sociedade e [para] que a gente possa construir, nos nossos países, um mundo mais justo, mais solidário e mais humano.

Eu estou presidente da República, mas daqui a um ano e meio estarei



Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República

como cidadão do mundo, brigando para que as coisas melhorem. No Brasil, acabamos de dar um exemplo. Enquanto o mundo rico anda jogando a culpa em cima dos imigrantes, esta semana, no Brasil, foi aprovada no Congresso Nacional, por iniciativa do governo, a legalização de todos os imigrantes que não estavam legalizados.

(\$211B)